



POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO ENSINO MÉDIO HOJE: Projeto para a Emancipação ou Exploração do Capital?

Eneida Maria Erre Araújo¹
Danielton Campos Melonio²
Dannilo Jorge Escorcio Halabe³
Hadryan Lima Rodrigues⁴

RESUMO

O Ensino Médio hoje, projeto para a emancipação ou exploração? O artigo objetiva uma análise acerca da relação Trabalho e Educação, mediada pelo Ensino Médio, a partir do modo de produção flexível, toyotismo, discutindo se a educação propiciada pelo Ensino Médio produz um processo de emancipação ou trata-se de um projeto para a exploração do capital. Estabelece-se o contexto histórico do qual a análise se realiza, caracterizando-se o Ensino Médio, especificamente a modalidade profissionalizante e o Ensino Médio Integrado. Debate-se se tal projeto orienta intencionalmente no sentido de educar para a emancipação ou para a exploração do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Ensino Médio. Emancipação. Toyotismo.

ABSTRACT

The High School Education today, project for emancipation or exploitation? The article aims at an analysis on the relationship between work and education, mediated by the high school, from the way of flexible production toyotism, arguing that the education provided by the high school produces a process of emancipation, or it is a project to explore capital. It establishes the historical context of which the analysis takes place, characterized the high school, specifically the professional mode and integrated high school. Debate whether this project intentionally oriented towards educating for emancipation or the exploitation of work.

Keywords: Work. Education. High School Education. Emancipation. Toyotism.

1 INTRODUÇÃO

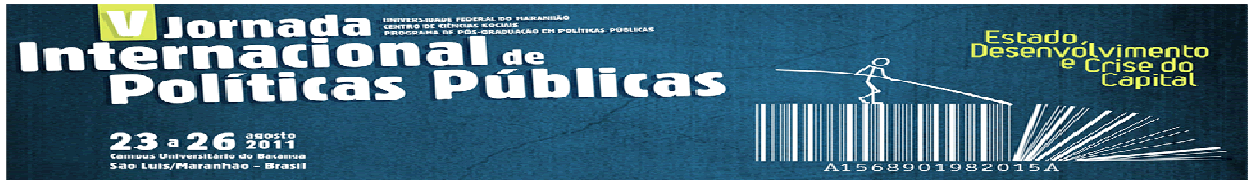
Quando o governo aprova, por exemplo, a obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia no ensino médio, isso significa que uma escola que hoje já não consegue ensinar o básico tem de dividir sua atenção, seus recursos e sua grade horária entre mais matérias ainda, diluindo ainda mais o aprendizado desse jovem. Isso faz com que o jovem carente possa falar de alienação e mais-valia, mas continue sem saber tabuada ou sem conseguir escrever uma carta de apresentação. *Seguirá distante de boas faculdades e, depois, dos bons empregos. Seguirá, enfim, sendo pobre.* (IOSCHEPE, 2010, p. 141. Grifos nossos).

¹ Estudante de Pós. Universidade Federal do Maranhão. ema.erre@hotmail.com

² Especialista. Universidade Federal do Maranhão. dasein.da@gmail.com

³ Estudante de Pós. Universidade Federal do Maranhão. halabe.psicanalise@yahoo.com.br

⁴ Especialista. Universidade Federal do Maranhão.



O texto supracitado é apropriado para empreender uma reflexão inicial, pois produz diversas inquietações. Para um leitor sem uma compreensão mais crítica da realidade, seria somente escritos de um jornalista que leva a uma concordância com as suas conclusões. Mas para um pesquisador do campo educacional, as afirmações descritas além de causarem inquietações, despertam uma reflexão teórica estimulante, pois um mínimo de leitura crítica demonstra que isso não é exatamente verdade.

Trata-se, de um discurso ideológico, mas que está sendo divulgado amplamente nos últimos anos: a educação é uma maneira de permitir uma melhor empregabilidade. Assim, na perspectiva da classe dominante, historicamente, a finalidade da educação deve ser a de habilitar tecnicamente grupos sociais de pessoas para o trabalho.

Uma vez que o tema proposto nos causa inquietação, é necessário aprofundar mais sua problemática. Levantam-se então algumas questões: Como se caracterizam e como ocorrem as relações de produção por meio do trabalho na fase atual do capitalismo? Quais as relações entre trabalho e educação na sociedade capitalista? Qual modelo de educação orienta a mediação entre os jovens e o mundo do trabalho hoje? Qual nível de ensino, especificamente, permite essa mediação? O Ensino Fundamental? O Ensino Médio? O Ensino Superior?

Para tanto, apresentaremos a caracterização do Ensino Médio no Brasil, suas finalidades e seus objetivos no contexto hodierno com o propósito de discutir qual deve ser o foco desse nível de ensino: a profissionalização para o mercado ou a formação integral, a formação humana que deve conduzir não para o adestramento, mas sim para a emancipação, ou seja, a educação deve prioritariamente desenvolver nas pessoas potencialidades e apropriação de 'saber social', ou como explicita Frigotto (2005) uma educação que busque conhecimento e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais.

Cumprir definir que o presente artigo objetiva analisar a relação entre educação e trabalho, mediada pelo Ensino Médio, a partir do modo de produção flexível, discutindo se a educação propiciada pelo Ensino Médio produz um processo de emancipação ou de alienação. Tratando, da dicotomia formação humana X formação para o trabalho (mercado).

Fundamentada teórico e metodologicamente no materialismo histórico dialético, o presente estudo se desenvolverá obedecendo aos seguintes itens: primeiro, circunscreveremos o tempo histórico em que nossa investigação se insere, a saber, a década de 1990, especialmente os Governos FHC e Lula, visando compreender o momento em que as relações entre trabalho e educação se produzem. Em seguida analisaremos as relações mais específicas entre o Ensino Médio e o Mundo do Trabalho, buscando caracterizar esse nível de



ensino, especificamente o Ensino Médio Profissional e o Ensino Médio Integrado. Num terceiro momento discutiremos se a educação oferecida pelo Ensino Médio, no contexto atual, promove a emancipação ou a exploração do trabalho.

Por fim, teceremos alguns comentários como considerações finais, com fito de abrir a discussão para outros patamares, percebendo a extensão de sua problemática e as dificuldades de exaurir essa discussão no presente artigo.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990/2000: um recorte da relação entre o Ensino Médio e o Trabalho

Desde o final do século XX a sociedade atual vem passando por transformações profundas de ordem econômica, científico-tecnológica, políticas e culturais, que atingem todas as esferas da vida humana, ocasionando alterações no mundo do trabalho que refletem diretamente no sistema educacional brasileiro, em especial no Ensino Médio.

Após a Constituição Federal de 1988 diversas foram as discussões no sentido de modificar a legislação que naquele momento regulamentava as diretrizes e bases da educação, Lei 5692/71, de cunho tecnicista justamente para atender ao modelo político-econômico da época.

A reforma educacional da educação brasileira no decorrer dessas últimas décadas (1990/2000) tem suas bases a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, convocada pela UNESCO e realizada em Jontiem, na Tailândia, em março de 1990, onde foram traçados os rumos que deveria tomar a educação nos nove países⁵ que apresentavam os piores indicadores educacionais do mundo, dentre eles o Brasil. Todas as ações deviam seguir os fundamentos políticos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), órgão do Banco Mundial onde as estratégias propostas contemplavam a diminuição de custos, cobrança de taxas para os níveis mais altos de ensino, avaliação externa, a descentralização administrativa, mais treinamento para os professores e menos formação *stricto sensu*, privilegiando a formação rápida e barata como critério de eficiência (FRIGOTTO, 2005; SAVIANI 2004). Dessa Conferência foi organizado o Plano Nacional da Educação (PNE) que constava dos fundamentos básicos da educação para serem cumpridas, em dez anos, as resoluções acordadas na referida Conferência, onde destaca-se a universalização da educação básica.

⁵ (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão).



Percebe-se que as estratégias traçadas inscrevem uma reestruturação capitalista onde o contexto escolar está inserido em uma realidade econômica neoliberal no sentido de responder às demandas do mercado. Promovida principalmente no governo de Fernando Collor de Melo (1990/1991), materializando-se na década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, e mantida no governo Lula (2002) por meio de parceria público-privada etc. (KUENZER, 2002; FRIGOTTO, 2005; SAVIANI 2004).

A partir de 1971, Kuenzer (1997) aponta que a LDB e o Parecer 45/72 começam a trazer mais nitidamente as relações entre Educação e Trabalho, delineando como objetivo do 1º e 2º grau a qualificação para o trabalho. Com isso a orientação do 2º grau passa a ser desenvolvido numa perspectiva técnico-profissional. O parecer dedica seu texto a discussão entre a relação humanismo-tecnologia, ressaltando o progresso decorrente desta relação.

Antunes (1999) aponta que, com a crise do *Welfare State* nos Estados Unidos nas décadas de 1960-1970 e a crise do modelo de Taylorista-Fordista de produção, o Sistema Capitalista buscou-se estabilizar com adoção do modelo japonês de acumulação flexível: o Toyotismo. A adoção deste modelo implica em um grande impacto para várias esferas da atuação humana e dentre elas a educação. Passa-se de um modelo que explorava mão-de-obra com baixa instrução (operário-massa), a um modelo que utiliza os avanços tecnológicos, reduzindo os postos de trabalho e exigindo um novo perfil de trabalhador: o polivalente. Este deve possuir mais instrução que o trabalhador-massa para saber operar com diversas máquinas, além de ter desenvolvida uma série de competências não exigidas no modelo anterior, que privilegiava apenas a força de trabalho física. Esta mudança no modelo de trabalhador impactou diretamente na escola, responsável por esta formação, permitindo ao sujeito sua inserção neste novo mercado de trabalho.

Assim, através dessa breve contextualização do cenário da educação brasileira na década de 1990, percebe-se que o processo de ensino aprendizagem de nossas escolas, em seu âmbito maior, corresponde a um “fordismo educacional”. Cunhamos neste termo, por analisar que tal processo não contribui para a emancipação dos sujeitos, pelo contrário, age no sentido da perpetuação de uma realidade marcada pela desigualdade.

A concepção que permeia a formação integral do ser humano pretende superar as limitações históricas impostas pela divisão social do trabalho, bem como dos diversos processos que envolvem a ação de materializar o pensamento e da convergência de ações que culminem com a construção da identidade profissional e de um projeto político-pedagógico comprometido com a transformação da sociedade.

Segundo Ciavatta (2005), o Ensino Médio Integrado procura garantir ao jovem e ao



adulto o direito a uma formação que seja completa para leitura do mundo e para atuação como um verdadeiro cidadão de um país, integrando-o dignamente à sociedade política a partir de uma formação que possibilite a compreensão das relações sociais e dos diversos fenômenos relacionados a estas questões.

Sobre isso, a autora (2005, p. 98) ainda se manifesta da seguinte forma:

O primeiro pressuposto da formação integrada é a existência de um projeto de sociedade no qual, ao mesmo tempo, se enfrente os problemas da realidade brasileira, visando a superação do dualismo de classes e as diversas instâncias responsáveis pela educação (Governo Federal, Secretarias de Educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho.

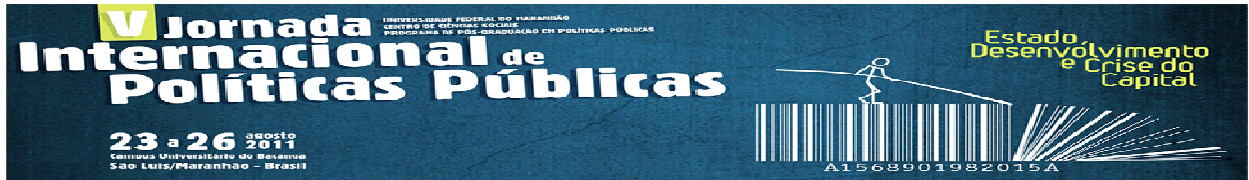
Percebemos, desta forma, que os diversos elementos que envolvem a implantação do Ensino Médio Integrado, estão diretamente relacionados com a luta política. Trata-se, antes de tudo, de romper com a histórica fragmentação do ensino que tem sido imposta aos estudantes, que são originários, principalmente, das classes trabalhadoras.

Concordamos com Kuenzer (2002, p.43-44) quando afirma que o Ensino Médio Integrado pretende “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura”. A autora (2002, p. 35) destaca que a democratização do Ensino Médio, não é só uma questão de ampliação de vagas, mas que “exige espaços físicos adequados, bibliotecas, laboratórios, equipamentos, e, principalmente, professores concursados e capacitados”. Caso estes aspectos não sejam levados em consideração, perdem-se grande parte dos fundamentos que possam vir a garantir o sucesso da implantação deste modelo de Ensino Médio.

Frigotto *et al* (2005) alerta para o fato de que existe um movimento contínuo por parte das forças mais conservadoras de fazer com que a formação profissional de nível técnico restrinja-se, especificamente, ao atendimento imediato do mercado. O autor destaca, ainda, que a atual LDB não conseguiu superar a dualidade histórica que sofre o Ensino Médio: preparar para o mercado de trabalho ou para a universidade.

Sob essa perspectiva, somos conduzidos a concordar com Cunha (2002), quando expressa que a reforma da educação profissional implementada através do Decreto 2.208/97, conseguiu, na realidade, materializar o desejo dos atores nacionais que estavam comprometidos com a ideologia do capital.

A partir do exposto, devemos destacar que, tanto a concepção de Ensino Médio, quanto à política de financiamento adotada pelo Estado brasileiro para a educação, comprometem consideravelmente a realização de um projeto de ensino integrado, abrangente e



de qualidade. Destas constatações, se faz necessária a construção de alternativas coerentes com proposta de implantação de um Ensino Médio Integrado em sua real essência: um ensino que não seja limitado somente às determinações do mercado, mas, que também possibilite a aquisição de saberes que contribuam para a melhoria das condições individuais e sociais, convergentes com o exercício pleno da cidadania.

3 ENSINO MÉDIO HOJE: formação para Emancipação ou para Exploração do Capital?

Após um breve histórico sobre o Ensino Médio no Brasil, se faz necessário revisitar os conceitos de *emancipação* e de *alienação* para então discutirmos sobre a Formação para Emancipação ou para Exploração do Capital.

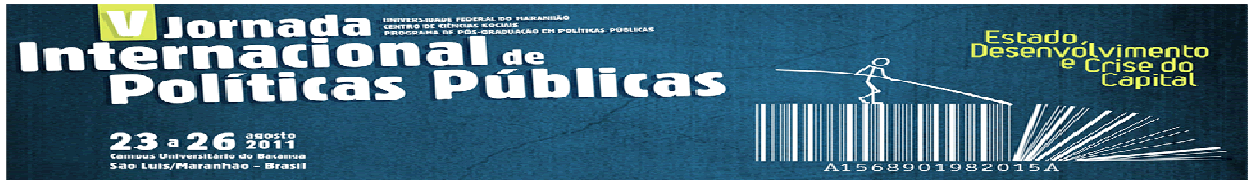
De acordo com autores como Immanuel Kant (séc. XVIII), Karl Marx (séc. XIX) e pensadores da Escola de Frankfurt (séc. XX), dentre eles Theodore Adorno e Max Horkheimer, os homens precisam se libertar de toda forma de opressão. Em Kant a emancipação se dará por meio do uso público da razão, libertando os homens pelo pensamento e conseqüentemente pela ação. Marx propõe categoricamente a libertação dos trabalhadores do trabalho alienado, permitindo que por meio da revolução cheguemos ao Comunismo. Já a Escola de Frankfurt, por meio de seus representantes, aposta na crítica do próprio esclarecimento e da razão instrumental, e da formação contra a barbárie, como maneiras de realizar a emancipação.

Por outro lado, só existem propostas de emancipação porque a dominação é um fato, uma realidade. Marx⁶ estudou profundamente a gênese dessa dominação, revelando que sua origem é econômica, a exploração do trabalho, em especial, do trabalho alienado, produto do capitalismo. Na medida em que as fábricas alienam o trabalho da pessoa, pagando um salário em troca da sua força de trabalho, se apropriando da mais-valia, o trabalhador é o único prejudicado nesse processo, sendo explorado pelo capital.

É necessário lembrar ainda que a análise histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em suas diversas fases, nos traz como configuração atual a produção flexível: o toyotismo. Neste modelo, surgido no Japão nos anos de 1970, defende-se uma forma de produção descentralizada, terceirizada, sem a manutenção de grandes estoques, exigindo um perfil de trabalhador flexível funcional, criativo, possuidor de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais, além de bom domínio da linguagem oral e escrita.

Neste sentido, Kuenzer (2002, p. 82) considera que no toyotismo o trabalho

⁶ Marx desenvolveu essas ideias em vários textos, entre eles Cf. Ideologia alemã e Manifesto comunista.



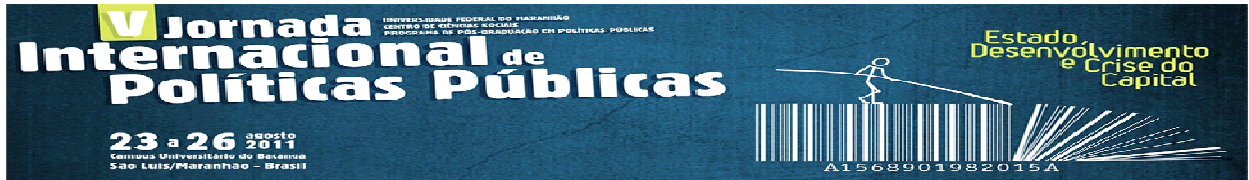
pedagógico serve exclusivamente para disciplinar o trabalhador, inserindo-o no mundo do trabalho com o perfil profissional desejado pelo modo de produção. Dessa forma, o papel da escola, dos professores e dos conteúdos ministrados é preparar os homens para a inserção no mundo do trabalho como trabalhadores flexíveis, polivalentes e mais disciplinados, exigências do toyotismo. Assim, observa-se, a partir das categorias de *exclusão includente* e *inclusão excludente* um fenômeno de como se dá no toyotismo a mediação entre a escola e o mundo do trabalho.

A *exclusão includente* são estratégias para excluir o trabalhador do mundo do trabalho formal (com direitos definidos em lei), o incluído neste mundo a partir de condições precárias (jornadas flexíveis, salários menores, maior carga de trabalho e execução de várias tarefas recebendo o salário para a execução de apenas uma delas). Por sua vez, a *inclusão excludente* cria estratégias para formar na escola homens e mulheres incapazes de uma consciência crítica para lutar contra as vicissitudes impostas pela exploração do capital, ou seja, “[...] na linguagem toyotista, [formar] homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência [...]”. Daí percebe-se que essas formas de inclusão e exclusão, ocorridas na escola e fora dela, têm um papel importante na preparação do trabalhador necessário ao modelo toyotista, “[...] fornecendo aos clientes – o capital – a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida de suas necessidades, como reza a cartilha do toyotismo” (KUENZER, 2002, p. 92-93).

Percebendo a mediação que algumas escolas vêm fazendo na atual face do capitalismo entre os educandos e mundo do trabalho, com intuito de preparar para a exploração do trabalhador, alguns pensadores da educação no Brasil propõem caminhos diferentes para a educação formal, em especial para o Ensino médio.

O Ensino Médio Integrado é apresentado atualmente como alternativa à formação fragmentária e alienante orientada pelo paradigma do toyotismo. Por meio dessa concepção de ensino, será possível integrar a formação para o trabalho com os conhecimentos críticos sobre a ciência e a cultura, permitindo aos educandos uma visão mais ampla da realidade, possibilitando a formação de sujeitos emancipados, criativos e leitores de sua realidade social (FRIGOTTO, 2005). Cumpre lembrar que o Ensino Médio deve mediar a relação entre trabalho e educação numa concepção ontocriativa do trabalho, isto é, o trabalho como forma de autocriação humana e não de sua alienação.

Para a realização do modelo de Ensino Médio Integrado Frigotto lança algumas propostas. A primeira delas define que é preciso desconstruir algumas ideologias que circulam entre as classes populares – inclusive entre alguns educadores e gestores educacionais –



impostas pelas classes dominantes. Essa proposta exige que se elabore uma análise crítica “[...] da teoria do capital, da pedagogia das competências, empregabilidade, do empreendedorismo e das ideias que cursinhos curtos profissionalizantes, sem uma educação básica de qualidade, os introduzem rápido ao emprego” (2005, p. 77, grifo nosso). A segunda proposta indica que é necessário mudar a organização escolar em seu interior, alterando a maneira da formação dos educadores, melhorando concretamente suas condições de trabalho, além de mudanças na concepção curricular e prática pedagógica, permitindo um maior engajamento dos educadores. A terceira envolve a sociedade civil e política, na medida em que é necessário criar condições concretas, sejam objetivas ou subjetivas, para a viabilização política e econômica desse projeto (FRIGOTTO, 2005).

O Ensino Médio Integrado, nos moldes apresentados por Frigotto, parece um caminho necessário e viável para que a escola se torne uma mediadora entre os educandos e o mundo do trabalho, de forma a minimizar os impactos negativos impostos pelo capitalismo, e pelo modo de produção flexível – toyotismo. Nessa perspectiva, orientados pelo materialismo histórico dialético, a partir da categoria da totalidade, uma reflexão se faz necessária. Os educandos são formados pelo currículo do Ensino médio, transformando-se em trabalhadores, inserindo-se no mundo do trabalho. Isso é possível devido ao Currículo do Ensino médio. O Ensino médio, por sua vez, está inserido na Educação Básica. E esta incluída no Sistema Educacional. O Sistema Educacional é uma decorrência da Política Educacional. Esta forma de Política é um desdobramento da Política Social. E esta é uma derivação de um modo de produção, neste caso, o capitalismo. E atualmente o capitalismo tem sua feição orientada pelo neoliberalismo e pela produção flexível.

Portanto, percebendo as relações necessárias e dialéticas entre todas as partes deste todo, fica evidente que qualquer forma de reforma educacional – mesmo o Ensino Médio Integrado aqui apresentado – ainda se tornará refém dos interesses do capitalismo. Enquanto o capitalismo permanecer a educação, em geral, será apenas uma maneira de perpetuar a alienação e a exploração do trabalho. Então como superar tal situação?

Mészáros em sua obra *A educação para além do capital*, nos dá algumas pistas para entender essa situação e para tentar superá-la. Primeiramente, ele nos alerta que o capitalismo sofre de uma doença crônica: é irreformável e incorrigível (MÉSZÁROS, 2005, p. 27). Qualquer tipo de reforma no sistema é impossível. E mesmo uma reforma educacional nos limites do capitalismo não foge a essa regra. Mudar o sistema de ensino, trazendo novidades e propostas inovadoras, sem mudar o modo de produção é permanecer no mesmo, isto é, não muda nada.



Mas para alterar essa situação é necessário partir de alguns pressupostos. Um deles, afirma Mészáros, é que “a universalização da educação e do trabalho como atividade humana auto-realizadora é uma condição necessária para a superação da exploração do capital” (2005, p. 65). Para o autor é preciso que tanto o trabalho quanto a educação se tornem maneiras de permitir a autorrealização humana e não formas de alienação e desumanização. Além disso, o autor observa que a educação *para além do capital* tem um objetivo maior do se imagina, pois

[...] as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares para a sobrevivência humana (MÉSZÁROS, 2005, p. 71-2).

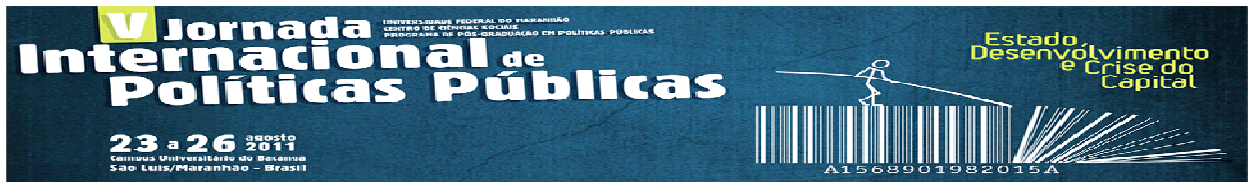
Dessa forma, mais do que uma proposta educacional, a educação para além do capital é um caminho para a garantia da sobrevivência humana, ameaçada atualmente pelas formas predatórias impostas pelo capitalismo hodierno. Portanto, devido ao capitalismo – a irreformabilidade e incorrigibilidade – a superação deste modo de produção é uma necessidade urgente – mediada pela educação para além do capital – se quisermos garantir a sobrevivência da humanidade. Com efeito, este não é, segundo Mészáros, um discurso meramente panfletário, revolucionário num sentido pejorativo, mas uma necessidade real e concreta.

Dessa forma, percebemos que o Ensino Médio da forma que acontece hoje em nossas escolas realiza um projeto nos moldes capitalistas, onde a educação, seja em qualquer nível de ensino, é em geral uma forma de reproduzir a alienação. E em especial o Ensino Médio brasileiro, orientado pelo toyotismo, não pretende em essência emancipar ninguém, pelo contrário. Mesmo reformas bem intencionadas, enquanto estiverem circunscritas ao projeto capitalista, não têm condições de superar radicalmente tal situação.

Assim, é necessário pensar e efetivar uma educação para além do capital, que realmente efetive um projeto de emancipação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição das ideias foi possível perceber a relação necessária entre o mundo do trabalho e a educação. O Ensino Médio, em especial no Brasil, cumpre, seja numa vertente de formação geral, ou noutra de formação específica (profissionalizante), ou ainda uma síntese das duas – o Ensino Médio Integrado –, uma educação que realiza a mediação entre os



futuros trabalhadores e o trabalho.

No entanto, é nos limites do capitalismo que essa forma de educação se dá. Primeiramente por meio de uma orientação do taylorismo/fordismo, com a fragmentação do trabalho na linha de produção, para em seguida – já sob a tutela do capitalismo neoliberal – implementar a produção flexível, isto é, o toyotismo. Seja no fordismo ou no toyotismo o lema é semelhante: exploração do trabalho, através da alienação econômica e da acumulação da mais-valia por parte dos empresários.

Assim, é necessário compreender qual modo de produção orienta as regras do mundo do trabalho em cada época histórica, ou seja, ficam claro as diretrizes do capitalismo no empenho de explorar o trabalhador, seja no fordismo ou no toyotismo. Portanto, o modelo de educação que permite essa mediação é justamente o Ensino Médio atual – sob a tutela do toyotismo – que também engendra a dominação e a exploração do trabalho.

Vale ressaltar, contudo, que também é possível construir caminhos críticos para orientar a educação, permitindo que esta seja também uma forma de emancipar as pessoas a partir da construção de um currículo mais crítico e engajado com a luta e resistência, por exemplo, são caminhos possíveis, dentro dos limites das condições objetivas.

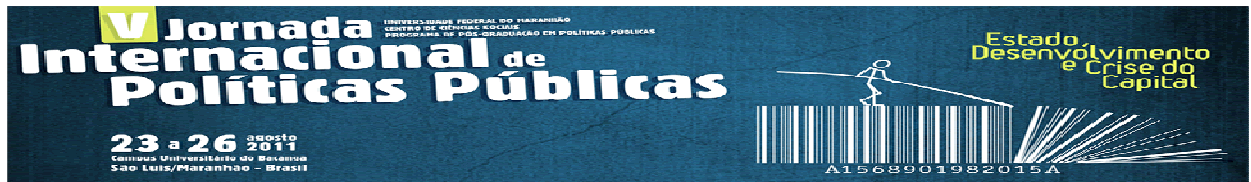
Dessa forma, a reflexão proposta neste artigo permitiu imergir, mesmo que de forma parcial, na problemática que envolve a relação entre trabalho e educação. No entanto, mostrou que a solução para esse problema não é tão simples, pois compreendemos também – orientados por Mészáros – que o capitalismo em suas entranhas não quer e nem permite o processo de emancipação, pois isso destruiria o próprio sistema. Mas, é necessário compreender as contradições do capitalismo para, por meio da educação numa orientação crítica, aproveitá-las para ir minando paulatinamente o sistema.

Uma vez a educação voltada apenas para a emancipação, mesmo tomando a palavra utopia num sentido positivo, a busca da efetivação dessa meta deveria ser o compromisso de todos aqueles comprometidos com a libertação dos oprimidos dessa condição, e em especial os educadores, que ocupam uma posição estratégica para travar a luta contra a opressão.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
_____. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.



FRIGOTTO, G. CIAVATA, M. e RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

IOSCHEPE, Gustavo. **Na educação, a esquerda é elitista**. Revista Veja. São Paulo, n.31, p. 140-141, 4 de agosto. 2010.

KUENZER, A. Z.; LOMBARDI, C.; e SAVIANI, D. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.

_____. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ensino Médio e Profissional: As políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, M. F. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANNI, D. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.